



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

21/10/2022

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Salário mínimo no Brasil é o segundo menor entre 31 países

O salário mínimo real do Brasil é o segundo menor de uma lista de 31 países feita pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), à frente apenas do México. O ranking, que tradicionalmente tem 32 países, não considerou o Japão nesta edição.

A pesquisa reúne dados de 2021 sobre a remuneração dos trabalhadores no mundo. A lista reúne nações que integram a OCDE, mais o Brasil e a Rússia.

Atualmente, o salário mínimo no Brasil é de R\$ 1.212. No ano passado, período considerado para a pesquisa, era de R\$ 1.100.

O levantamento utilizou o dólar como moeda-base, e os salários foram ajustados pela paridade do poder de compra (PPP na sigla em inglês). Ainda segundo a OCDE, na elaboração do cálculo também é considerada a inflação de casa país.

Segundo o ranking, o Brasil possui um salário mínimo médio de US\$ 5,21 por hora. O México, pior colocado da lista, tem o salário mínimo médio de US\$ 3,32 por hora.

Luxemburgo lidera o ranking, com um salário mínimo médio de US\$ 27,7 por hora, seguido por Holanda, com US\$ 26,2 por hora, e Austrália, com US\$ 25,2.

Na América Latina, o Brasil fica atrás de países como Chile (US\$ 8,3/h) e Colômbia (US\$ 8,1/h).

Segundo a pesquisa da OCDE, o Brasil ocupa a segunda pior colocação no ranking desde 2018, quando foi ultrapassado pela Rússia.

Apesar de não apresentar variação na posição nos últimos anos, o estudo indica uma redução na média do salário mínimo real no Brasil em 2021, se comparado com o ano anterior. De acordo com o levantamento, em 2020, o país tinha um salário mínimo médio de US\$ 5,36 por hora.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 21 de outubro.

INSS amplia concessão de auxílio-doença sem perícia

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) prorrogou mais uma vez a liberação de auxílio-doença sem perícia médica presencial por mais 90 dias.

Para pedir o auxílio-doença com análise do atestado médico o segurado precisa acessar o site ou o aplicativo Meu INSS e anexar a documentação médica. Além do atestado, deve enviar relatórios médicos, exames complementares, entre outros.

Segundo a portaria publicada no Diário Oficial da União desta quinta (20), o prazo pode ser novamente prorrogado "em caso de estrita necessidade de interesse público".

A medida foi utilizada no auge da pandemia para liberar o auxílio por incapacidade temporária, como é chamado o auxílio-doença, enquanto as agências do INSS estavam fechadas. Essa modalidade de concessão foi regulamentada por 30 dias, em julho deste ano, em locais onde a espera pelo exame pericial superasse um mês, e já havia sido prorrogada por 60 dias.

"Em todos os casos, o prazo máximo que o segurado pode vir a receber o auxílio-doença por meio de análise de documentação médica é de 90 dias", afirma a advogada Priscila Demetro.

"Caso o segurado tenha necessidade de mais tempo para se reabilitar e retornar às suas atividades laborais, é recomendado que ele solicite o benefício de auxílio-doença da forma tradicional, que é por meio da perícia médica presencial", diz a especialista em direito previdenciário e cofundadora no escritório Demetro & Machado Advocacia.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 21 de outubro.

Denúncias de assédio eleitoral já chegam a 903, segundo MPT

Há relatos de patrões chantageando funcionários a votar no presidente Jair Bolsonaro (PL), prometendo folga, bônus de R\$ 200, 14° e 15° salário ou ameaçando empregados de demissão caso a vitória seja do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A quantidade de denúncias registradas pelo MPT tem subido diariamente. Até terça-feira passada (11), os relatos envolviam 197 empresas.

Na quinta (13), o número passou para 242 e, na sexta (14), para 364. Na segunda (17), o total de empregadores já chegava a 396 e, nesta quarta-feira (19), a 572 —178 a menos do que nesta quinta.

ONDE DENUNCIAR: Site do MPT: mp.br/pgt/ouvidoria; Pelo aplicativo MPT Ouvidoria, para dispositivos Android; Pelo aplicativo Pardal, que também se comunica com o MP Eleitoral, para IOS e Android; No sindicato de cada categoria; No Ministério Público Federal, neste link; Nas procuradorias regionais; veja aqui os contatos no estados.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 21 de outubro.

Conta de luz vai subir 9,42% em cinco cidades da Baixada Santista nos próximos dias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou reajuste de 9,42% na tarifa dos consumidores residenciais da CPFL Piratininga, que entra em vigor no próximo domingo (23). A conta de luz vai ficar mais cara para Santos, São Vicente, Praia Grande, Cubatão e o Distrito de Vicente de Carvalho, em Guarujá, que são atendidas pela distribuidora na região.

O aumento aos residenciais supera a inflação dos últimos 12 meses, de 7,17% pelo Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Segundo a Aneel, as pequenas e médias empresas atendidas pela mesma concessionária terão reajuste de 9,6% na tarifa e os grandes clientes, 24,16%. O aumento médio, considerando todos os consumidores da CPFL Piratininga, foi de 14,72%.

Segundo o relatório do processo que aprovou os reajustes na Aneel, a maior contribuição para o reajuste foi no aumento de encargos, entre eles a taxa de fiscalização de serviços, além de empréstimos que a CPFL Piratininga fez durante a pandemia com a justificativa de mitigar ainda mais subidas de tarifa.

Também contribuíram para o reajuste a pressão inflacionária e o aumento dos combustíveis, que fizeram subir o curso de aquisição de energia, segundo a Aneel. De acordo com o órgão, o reajuste poderia ter sido o dobro do atual, entretanto, a devolução de tributos pagos a mais por consumidores no ano passado e um aporte da Eletrobrás (que foi privatizada) seguraram esse reajuste.

Saiba mais em: A Tribuna, sexta-feira 21 de outubro.

Número de brasileiros negativados atinge recorde de 64 milhões em setembro

O número de brasileiros negativados bateu recorde em setembro, de acordo com pesquisa sobre o nível de endividamento da população realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) divulgada nesta quinta-feira (20).

O relatório mostra que 4 em cada 10 brasileiros adultos (39,71%) estavam negativados no mês passado, o que corresponde a aproximadamente 64,25 milhões de pessoas, recorde da série histórica iniciada em 2014.

Em um cenário de juros elevados e crescimento econômico modesto, o volume de consumidores com contas atrasadas cresceu 11,17% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Na comparação com agosto, houve um aumento de 0,93% no número de devedores.

A dívida média acumulada por brasileiros com o nome negativado, por sua vez, somava um montante ao redor de R\$ 3.688,96 em setembro.

Segundo os dados do SPC Brasil, o consumidor leva, em média, dez meses até conseguir sair do quadro de inadimplentes. "Concentrar todas as dívidas em um único lugar ajuda a ter mais controle, entender melhor o tamanho da dívida e fazer um planejamento", disse Pellizzaro Junior.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 21 de outubro.